



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024 RP Nº 014/2024

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de material de expediente para as Secretarias Municipais de Conselheiro Lafaiete/MG, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por ERNANI JOSE DE LIMA PAPELARIA, protocolada na Plataforma BBMNET no dia 18/10/2024, às 18:48h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 070/2024, Pregão Eletrônico nº 029/2024, Registro de Preços nº 014/2024.

A impugnação é focalizada nas disposições contidas no item 19 do Edital, mais especificamente em relação aos valores de referência dos itens licitados, ao argumento que *“parâmetros utilizados para a estimativa de preços são insuficientes e não refletem a realidade do mercado”*.

Aduz que *“A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos envolvidos e permitir que o fornecedor obtenha um lucro adequado. No entanto, a estimativa de preços deste edital é impraticável para o mercado de produtos, uma vez que sequer cobre os custos reais necessários para a aquisição e entrega dos bens”*.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação das disposições editalícias impugnadas, especialmente mediante a realização de *“uma nova pesquisa de preços com o objetivo de obter valores de referência exequíveis, consultando fornecedores sérios e especializados na área de atuação dos produtos”*.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:

“Art. 22 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

§ 2º - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

§ 3º - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame."

De acordo com o item 12.1 do Edital, "As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET (<https://www.novobbmnet.com.br/>), link "editais e resultados" e posteriormente "impugnar".

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 23/10/2024, às 09:30h.

A impugnação em apreço foi protocolizada no dia 18/10/2024, às 18:48h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação.

III. Do mérito da Impugnação

III.1. Da análise de conformidade do preço de referência

A Lei nº 14.133/2021 faz remissões à estimativa de custos como baliza procedimental necessária nas licitações públicas. O art. 23, *caput* e §1º, da referida lei, determina que no processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros previstos nos incisos I a V do dispositivo, adotados de forma combinada ou não. Já o art. 59, ao tratar sobre o julgamento das propostas, não admite a apresentação de preços inexequíveis, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, ou que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.

Assim, é necessário que o órgão licitante possua estimativa prévia que permita verificar se os preços propostos são realizáveis, exequíveis ou compatíveis com os preços praticados pelo mercado.

A pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Serve de base também para confronto e exame de propostas em licitação e estabelece o preço justo de referência que a Administração está disposta a contratar, devendo constar no edital o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global.

Mediante a pesquisa de preços se obtém a estimativa de custos que se apresenta como de fundamental importância nos procedimentos de contratação da Administração Pública,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

funcionando como instrumento de baliza aos valores oferecidos nos certames licitatórios e àqueles executados nas respectivas contratações. Assim, sua principal função é garantir que o Poder Público identifique o valor de mercado para uma pretensão contratual.

No caso concreto, observa-se que a pesquisa de preços para fins de determinação dos preços estimados no processo licitatório foi realizada pelo Setor de Orçamentos da Secretaria Municipal de Administração do Município de Conselheiro Lafaiete (*vide* fls. 08/81), mediante cálculo da mediana dos valores obtidos via utilização combinada de pesquisa de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços.

Referida pesquisa foi realizada com observância do disposto no art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como dos procedimentos para cotação previstos no Decreto Municipal nº 560/2023, conforme declaração acostada aos autos físicos do processo.

A Impugnante alega que os valores de referência adotados no certame são inexequíveis.

Contudo, observa-se que tal alegação foi formulada de forma genérica e desacompanhada de elemento concreto capaz de infirmar a regularidade da pesquisa de preços promovida pela Administração Pública Municipal.

Inicialmente, pontua-se que a Impugnante sequer discrimina em relação ao fornecimento de qual item – dentre os 33 (trinta e três) itens licitados – o preço de referência se mostraria inexequível, minando a verossimilhança da tese.

A Impugnação se fez acompanhada de notas fiscais emitidas pela Impugnante, contendo aquilo que seriam os reais preços praticados no mercado atacadista. Ocorre que, em análise dos documentos, observa-se que os preços do Edital, em relação a diversos itens, são significativamente superiores àqueles apresentados pela empresa. A propósito, mister destacar que a Impugnante sequer apresenta planilha de composição de custos que evidencie a impossibilidade de fornecimento do seu respectivo produto no preço estimado pela Administração Pública.

Há que se considerar, ademais, que a variação de custos também pode decorrer em razão das diferentes marcas disponíveis no mercado, de modo que a existência de um produto com preço menor do que o do referencial do certame não implica, por si só, em demonstração de inexequibilidade deste último.

Portanto, verificada a regularidade da pesquisa de preços e, lado outro, à mingua de fundamento plausível, apto a embasar minimamente a alegação de inexequibilidade do preço de referência, reputa-se improcedente a impugnação.

IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:


- a) Conhecer a Impugnação interposta por ERNANI JOSE DE LIMA PAPELARIA para, no mérito, negar-lhe provimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 21 de outubro de 2024.


Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt
Pregoeiro